

# ESTUDOS E ANÁLISES DE CONJUNTURA

Nº 12, ABRIL DE 2014

NOTAS DE VIAGEM. SOBRE AS RELAÇÕES  
ENTRE A ALEMANHA E OS ESTADOS UNIDOS

Sebastião C. Velasco e Cruz



OPEU

OBSERVATÓRIO POLÍTICO  
DOS ESTADOS UNIDOS



INCT  
INEU

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA PARA ESTUDOS  
SOBRE OS ESTADOS UNIDOS  
NATIONAL INSTITUTE OF SCIENCE  
AND TECHNOLOGY FOR STUDIES  
ON THE UNITED STATES

**ESTUDOS E ANÁLISES DE CONJUNTURA**

OBSERVATÓRIO POLÍTICO DOS ESTADOS UNIDOS  
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARA ESTUDOS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS – INCT-INEU

ISSN 2316-2481

Nº 12, ABRIL DE 2014

**NOTAS DE VIAGEM. SOBRE AS RELAÇÕES  
ENTRE A ALEMANHA E OS ESTADOS UNIDOS**  
SEBASTIÃO C. VELASCO E CRUZ

PROFESSOR DCP/UNICAMP

COORDENADOR DO INCT-INEU

# NOTAS DE VIAGEM. SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A ALEMANHA E OS ESTADOS UNIDOS

Sebastião C. Velasco e Cruz

## ÍNDICE

Prólogo -	p. 4
I - Laços antigos e profundos -	p. 6
II - Fricções e confrontos -	p. 12
III - Pensar o Impensável. Metamorfoses -	p. 20

## Prólogo.<sup>1</sup>

Para Margret

A idéia de escrever um texto propedêutico sobre as relações muito especiais que vinculam ainda hoje a Alemanha e os Estados Unidos surgiu pouco depois de minha chegada a Berlim. Àquela altura, eu já havia feito algumas sondagens temáticas pela internet, e acabara de ler o artigo importante de Erhard Crome, *Deutschland in Europa. Eine neue Hegemonie*, que me proporcionou uma visão panorâmica da questão de fundo e muitos elementos de que necessitava para desenhar um roteiro de estudo.

Antes disso, chegara quase ao fim do livro -- muito informativo, de resto -- de Jacques-Pierre Gougeon, *Allemagne. Une Puisseance en mutation*, com sentimentos mistos: muito satisfeito com a quantidade e a qualidade das observações sobre a situação econômica, social, política e cultural do país depois da unificação, e decepcionado com o tratamento dado pelo autor ao tema da política externa alemã. Com efeito, a obra apresenta as linhas gerais dessa política e se detém na análise de três de seus vetores mais importantes: as relações com a França, a China e a Rússia. Curiosamente, não reserva nenhum tópico em separado para as relações entre a Alemanha e os Estados Unidos.

A minha surpresa diante da ausência espantosa aumentou ao constatar a pobreza dos resultados de sondagens na internet com os termos combinados: *Deutschland e Verreinigte Staaten*. Definitivamente, não se tratava de mero lapso do autor -- aliás, um especialista de reconhecida competência. Havia algo de intrigante no silêncio, o que me fez pensar (resquícius de velhas leituras) nos “efeitos da causa ausente”-- fórmula atraente que Rancière cunhou para caracterizar a causalidade estrutural, atijando o ciúme dos colegas de escola, que trabalhavam, como ele, sob a tutela do mestre Althusser.

Estava resolvida a primeira etapa da operação. O meu projeto de pesquisa sobre a grande estratégia dos Estados Unidos previa a realização de estudos complementares sobre o papel atribuído à superpotência no debate estratégico de alguns países relevantes. A Alemanha era um deles. Agora -- a pergunta me assaltava, antes de partir -- por onde começar? Como proceder? Além das informações genéricas compartilhadas com todos que estudamos política internacional no Brasil, a ferramenta mais valiosa de que dispunha era a relação de autores classificados segundo sua posição no debate da política externa alemã, que aparece na dissertação de Mestrado de Solange Reis Ferreira, *Alemanha reunificada: o debate nacional sobre identidade e política externa*. Tratava-se de um instrumento útil, como logo pude comprovar. Mas, útil para quê? Com que finalidade usá-lo?

Agora, com a pergunta sobre aquele silêncio desconcertante, e com a ajuda de Crome, delineava-se rapidamente o plano de um estudo exploratório factível: coletar material para refletir sobre a peculiaridade da relação entre a Alemanha e os Estados Unidos, buscando entender os elementos que possam estar atuando, no presente, para transformações futuras nesse relacionamento.

---

<sup>1</sup> Agradeço encarecidamente a Bruno Speck pela leitura atenta e pelas palavras gentis de incentivo.

O texto que se segue tem uma dupla função: a) organizar dados e idéias para uso em trabalhos posteriores, mais dirigidos; b) socializar informações, na expectativa de com isso contribuir para aproximar do horizonte dos colegas brasileiros a experiência histórica extremamente rica -- em dado momento aterradora -- mas muito pouco conhecida entre nós, de um país que volta a pesar decisivamente sobre o futuro da Europa, e passa a contar, cada vez mais, em nosso objeto de estudo, vale dizer o papel dos Estados Unidos no mundo.

O primeiro objetivo será alcançado, sem dúvida, e de certa forma já está sendo cumprido. O segundo é mais duvidoso, mas sobre ele a palavra que importa não é a minha.<sup>2</sup>

Heidelberg, madrugada 3 de outubro de 2013

---

<sup>2</sup> Este trabalho foi constituído de três notas de viagem. A quarta nota será publicada, ainda em 2014, na Carta Internacional, da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI).

## I. LAÇOS PROFUNDOS E ANTIGOS.

O homem é o conjunto de suas relações. Válido também para os países, o lugar comum psicológico vem à mente não por acaso quando pensamos na natureza dos laços que vinculam a Alemanha e os Estados Unidos.

Na realidade, eles precedem a existências dos dois países, como entidades políticas diferenciadas e independentes. Com efeito, elemento germânico na formação histórica norte-americana deita raízes no movimento migratório que se seguiu à guerra dos Trinta Anos. Há registros anteriores de presença alemã no território das colônias inglesas na América, o primeiro deles na fundação da Virgínia, em 1607; o segundo, na criação da cidade de Nova Amsterdã, posteriormente chamada de Nova Iorque. Mas nos dois casos, e em outros que se lhes seguiram, ela era quantitativamente reduzida e de baixa persistência, dissolvendo-se em pouco tempo no meio social envolvente sem deixar marcas mais visíveis. Foi no ambiente de penúria e opressão subsequente à Paz de Vestefália que membros de minorias religiosas alemãs chegaram à América do Norte em número mais expressivo. Esse quadro foi pintado assim pelo autor de um dos mais antigos estudos sobre o tema que nos ocupa aqui.

Towns and villages were in ruins, horses and cattle had all but disappeared. Worse than this; the spirit of the people, hunted, persecuted, robbed and murdered without interruption for thirty years, was utterly broken. The burgher, once so proud and active, had become weak and timid. Only masters and serfs were left. The people had neither strength nor courage to fight for the rights that had been taken away by the soldier who rode through the land and took what he wanted. Germany was divided into small principalities without number, ruled by princes who claimed to be set up by the grace of God, and who considered the land and the people as their own personal property. The very meaning of freedom and liberty had become unknown; nothing but constraint was visible, in trade, in the exercise of the religious creed and even in domestic life. The long and bloody war had prevented the extinction of Protestantism but it had not brought religious liberty. The people were powerless against the oppression practiced on all sides. Their only hope was in flight from unbearable conditions. And now began the remarkable spectacle that whole congregations and communities set out on the long and weary march to the Atlantic Ocean where ships were waiting to carry them to other shores. Led by their ministers and teachers, singing psalms and hymns, they marched thus, carrying their women and children on heavy wagons drawn by the strongest of the men, through Germany and Holland, followed and persecuted by the Government until they had crossed the border. And down the river Rhine floated large boats and barges carrying the population of whole villages with their belongings.<sup>3</sup>

Muitos dos que vieram nessa época eram de confissão luterana; outros pertenciam a seitas pietistas, como os moravianos, os menonitas e os amishes. Buscando locais socialmente acolhedores e fisicamente tão próximos quanto possível de sua paisagem natal, esses grupos implantaram-se principalmente na Pensilvânia e no norte do Estado de Nova Iorque. Mas, em momento posterior, também em Maryland e na Virgínia.

---

<sup>3</sup> Skal, George. *History of German Immigration in the United States and Successful Americans and their Descendants*. New York City: Fredk T. Smiley Printing & Publishing Co., 1908.

Essa primeira etapa da migração alemã para a América do Norte prolonga-se até os anos 60 do século XVIII. Embora muito frequentemente referido como “religioso”, esse período também traz a marca de fatores de ordem mundana, como observa o autor já citado.

Even at that time agents of ship owners traveled through Germany, notably along the Rhine, in the Palatinate and in Swabia, trying to persuade people to emigrate to America. They were lavish in their promises and held out hopes that could never be realized, and they found many followers. Want and poverty and the seeming impossibility of ever improving the conditions surrounding them drove many away. The terrible winter of 1708-9 ... caused the emigration of many thousands. The devastation of the Palatinate by the French under General Melac, of which the ruins of the castle at Heidelberg still remain as a memento, induced many others to cross the ocean. But the desire to escape oppression and constant want and to find civic and religious liberty were the general causes of this mighty movement of many thousands of people and gave to it the peculiar character it possesses.

Seja qual for o peso exato desses inúmeros fatores, o certo é que a migração germânica para as colônias inglesas na América foi muito significativa. Segundo fontes consultadas, em 1776 havia 250 mil alemães e descendentes nos Estados Unidos, para uma população total que não ultrapassava a casa dos 2,5 milhões de habitantes<sup>4</sup>. O quadro abaixo dá uma informação mais precisa da distribuição territorial da população migrante de origem alemã no final do século XVIII, bem como de sua importância relativa.

<i>State</i>	<i>English</i>	<i>Scottish</i>	<i>Irish</i>	<i>German</i>	<i>Other<sup>a</sup></i>
Maine	57,600	4,320	11,232	1,248	21,600
New Hampshire	86,620	8,804	10,650	568	35,358
Vermont	64,600	4,335	4,335	170	11,560
Massachusetts	305,860	16,412	14,547	1,119	35,062
Rhode Island	46,150	3,770	1,820	325	12,935
Connecticut	156,110	5,126	6,757	699	64,308
New York	166,420	21,980	25,434	25,748	74,418
New Jersey	79,900	13,090	16,150	15,640	45,220
Pennsylvania	149,672	36,464	61,480	141,192	35,192
Delaware	27,600	3,680	5,382	506	8,832
Maryland	134,805	15,884	25,707	24,453	8,151
Virginia	302,770	45,084	51,714	27,846	14,586
North Carolina	190,080	42,624	31,968	13,536	9,792
South Carolina	84,280	21,140	17,920	7,000	9,660
Georgia	30,422	8,215	8,109	4,028	2,226
<i>U.S. totals</i>	<i>1,882,889</i>	<i>250,928</i>	<i>293,205</i>	<i>264,078</i>	<i>388,900</i>

Source: Derived from the U.S. Bureau of the Census (1975: 25–36, 1168). Apud. Farley Grubb<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Cf. Piltz, Thomas. *1776-1976. Zweihundert Jahre deutsch-amerikanische Beziehungen*, München: Heinz Moos Verlag, 1975, 17.

<sup>5</sup> Grubb, Farley. *German Immigration and Servitude in America, 1709-1920*. Abingdon/New York: Routledge, 2011, p. 2.

Vencido o turbilhão desencadeado pela revolução francesa, na segunda década do século XIX o processo foi retomado -- só que agora em escala incomparavelmente maior, e sob impulso de fatores decididamente econômicos. A tabela abaixo dá uma boa idéia da amplitude desse movimento, e de seu significado relativo no conjunto da experiência extremamente rica da imigração norte-americana.

<b>Table 3. German Immigration since 1820</b>			
<b>Decade</b>	<b>Total Immigration</b>	<b>German</b>	<b>% of Total</b>
1820-29	128,502	5,753	4.5
1830-39	538,381	124,726	23.2
1840-49	1,427,337	385,434	27.0
1850-59	2,814,554	976,072	34.7
1860-69	2,081,261	723,734	34.8
1870-79	2,742,137	751,769	27.4
1880-89	5,248,568	1,445,181	27.5
1890-99	3,694,294	579,072	15.7
1900-09	8,202,388	328,722	4.0
Totals	26,877,422	5,320,423	19.80

Source: U. S. Bureau of the Census, Historical Statistics of the United States: Colonial Times to 1970, Washington, D. C., 1975, 15; Apud. Willi Paul Adams, Lavern J. Rippley e Ebehard Reichman. The German-Americans. An Ethnic Experience. German Information Center (GIC).

Esses números gerais revelam apenas uma parte da realidade. Como a distribuição desses migrantes variava muito no espaço, nos locais de maior concentração sua presença adquiria uma importância surpreendente, como o comentário abaixo, sobre o censo de 1920, deixa entrever.

Among the 15 largest U.S. cities, the German-born represented a significant share of those cities overall populations, especially in cities in the center of the country, such as Cincinnati, St. Louis, Louisville, Chicago, and Milwaukee (17 to 36 percent). On the east coast, just over 10 percent of the population of Baltimore and New York City were German born.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Id. Ibid., p. 392.



Deslocamento humano predominantemente econômico, dissemos. Mas essa constatação não deve obscurecer outro aspecto do fenômeno, muito importante também, embora muito menos expressivo do ponto de vista quantitativo: a migração por motivos políticos. A diáspora alemã no período nazista é bem conhecida. Lembramo-nos todos de seus nomes emblemáticos; não temos dúvidas a respeito do impacto enorme que ela teve na ciência e na cultura dos Estados Unidos. Mas fazemos no máximo uma vaga idéia do que possa ter representado o exílio alemão de meados do século XIX, a despeito de suas dimensões não menores, e de suas repercussões significativas. Tendo envolvido um total estimado de 20 mil pessoas, os alemães que chegaram aos Estados Unidos tangidos pela repressão policial -- ou simplesmente atraídos pela expectativa de uma vida melhor depois de verem desmoronar, com o fracasso da revolução de 1848, seus sonhos de redenção política -- inseriram-se de forma diferenciada na sociedade americana. Inadaptados ao trabalho manual a que muitos se viam obrigados a recorrer por falta de alternativa, dedicaram-se preferencialmente a atividades em que pudessem empregar as suas competências intelectuais e organizativas. Deve-se em grande parte a esse grupo a imprensa de língua alemã, que floresceu com vitalidade impressionante na segunda metade do século XIX, chegando contar com cerca de três mil publicações em seu momento de pico. Não será demais registrar que em seu longo exílio inglês a única atividade remunerada de Marx foi a colaboração regular com um desses periódicos germânicos nos Estados Unidos. E vale a pena transcrever o comentário sobre o conjunto deles, que encontramos em um estudo acadêmico.

Many older generations experienced difficulty comprehending the English language and felt at ease with their native tongue and so through the German press they were introduced to American laws, customs, and general practices. German-American papers developed the German political mindset, and supported public opinion and public affairs. 86 Publications served as vital organs for lodges, literary organizations, unions, economic groups, and even religious groups. The press was involved in every aspect of life. Newspapers rallied the German community behind key political leaders, promoted neutrality during the early stages of the War and even into the War itself.

The German-American press received little intervention from the American government and as a result, a radical press thrived. Socialist and even anarchist papers such as the Chicago paper *Der Vorbote* had a wide circulation. 87 *Der Vorbote* was a weekly installment paper published by the Socialist Publishing Society (SPS) and its success spawned the subsequent publications of *Die Volks-Zeitung* and *Die Fackel*.<sup>7</sup>

Embora voltados para os problemas de uma comunidade que procurava manter com zelo suas particularidades culturais e seu patrimônio linguístico, a imprensa -- e as associações -- alemães exerceram um papel importante na origem dos movimentos sociais e de trabalhadores nos Estados Unidos. Tema explorado na bibliografia especializada, esse envolvimento com as lutas sociais e políticas no país de acolhida encontrou sua expressão emblemática na figura de Carl Schurz, membro destacado da geração de 48, jornalista de defensor da causa abolicionista, que abandonou a posição recentemente assumida de Embaixador na Espanha, para engajar-se diretamente na guerra de Secessão.<sup>8</sup> Não foi um

<sup>7</sup> Rodeheaver, Misty D. *An Analysis of the Shifts in Cultural Flows Between the United States and Germany, 1890-1929*, Ms. Thesis, Eberly College of Arts and Sciences at West Virginia University, 2005.

<sup>8</sup> Finda a guerra, Schurz seria nomeado Secretário do Interior, em 1876, no governo de Rutheford Hayes.

caso isolado. Mesmo que muitos deles tenham sido incorporados de forma menos voluntária, é significativo o fato de que as forças federais tenham contado com 176 mil soldados nascidos em solo alemão.

Muito sumárias, as indicações feitas até aqui ajudam a entender a influência cultural exercida pela comunidade de língua alemã na sociedade americana. No final do século XIX ela era imensa. Podemos observá-la no plano dos hábitos alimentares, que passaram a consagrar certos elementos de origem germânica como marcas registradas do *american way of life* -- basta pensar no *hot dog*, ou no hamburger. Voltamos a encontrá-la na difusão da ginástica coletiva, outra invenção alemã a tal ponto assimilada que a memória de sua origem foi quase inteiramente perdida. Mas onde ela se fez sentir com força maior foi no campo do ensino.

Sua manifestação mais evidente está na difusão de estabelecimentos especializados no cuidado pré-escolar. Inicialmente voltadas com exclusividade a crianças da comunidade germânica, pouco a pouco essas instituições disseminaram-se amplamente no tecido social americano, acabando por se converter em parte do sistema oficial de ensino, com um nome - *kinder-garden* -- que não esconde a sua origem.

Mas a irradiação de conceitos e métodos alemães foi muito mais geral, e alcançou todos os níveis do sistema educacional. Eles influenciaram o processo de reorganização e massificação do ensino fundamental em curso no início do século XIX, e foram decisivos na montagem do moderno sistema de ensino superior americano, com os seus programas de pós-graduação e a concepção de uma “universidade de pesquisa”. A esse propósito, convém citar mais uma vez o estudo que estou tomando como referência ao tratar deste tema.

German educational influence significantly altered American universities. For many years Americans traveled to Germany to receive higher degrees as university programs were not that strong in the United States. Germany had pedagogical programs and even more importantly, master's and doctoral programs. Upon return, many of these students pushed for the introduction of German methods such as lecture systems, postgraduate courses, emphasis on research and investigation, and the introduction of seminar courses.<sup>96</sup> Universities were also urged to adopt the introduction of general elective studies.<sup>9</sup>

Nesse sentido, a trajetória de John Burgess, um dos pais fundadores da Ciência Política norte-americana é bem ilustrativa. Graduado em História pelo Amherst College -- grau obtido em 1867, depois de ter lutado guerra civil pela União -- Burgess estudou durante anos na Alemanha (em Göttingen e Leipzig), onde foi aluno de acadêmicos de primeira linha, como o economista Wilhelm Roscher e o historiador Theodor Mommsen, entre outros. De volta à terra natal, nela procurou implantar os conceitos e métodos de pesquisa aprendidos em seu período de formação, valendo-se de sua posição como professor da faculdade de Direito da instituição que se tornaria mais tarde a Universidade de Columbia. Criador da *Political Science Quarterly* e um dos responsáveis pela fundação da Faculdade de Ciência Política, programa pioneiro na emissão de diplomas de PhD nos Estados Unidos, Burgess atuou persistentemente em prol do estreitamento das relações entre o seu país e a Alemanha, até 1912, data de sua aposentadoria.

---

<sup>9</sup> Id. Ibid., p. 41.

Como soe acontecer nessas matérias, a Ciência Política nasceu nos Estados Unidos como um campo dividido. Mesmo em seus momentos mais favoráveis, a influência intelectual de Burgess foi contestada por adversários anglófilos. Inscreviam-se nessa linha Frank Goodnow, primeiro presidente da *American Political Science Association*, e A. Lawrence Lowell, cientista político que presidiu a Universidade de Harvard e fez uso de sua posição institucional para atrair aos Estados Unidos dois grandes nomes da Ciência Política inglesa da época -- James Bryce e Graham Wallas -- com efeitos multiplicadores bem conhecidos.

Contudo, o que decidiu a parada entre os adeptos da escola germânica e os defensores dos métodos de pesquisa empíricos de inspiração inglesa foi a guerra de 1914. No clima ideologicamente saturado que se criou com o conflito, os conceitos abstratos, característicos da tradição alemã, foram denunciados como expressões de um pensamento anti-científico e autoritário, comprometido até a medula com um Estado agressivo, assentado em um regime de opressão.<sup>10</sup>

A mudança operada no âmbito da jovem Ciência Política reflete de maneira atenuada o que aconteceu em todas as esferas da sociedade norte-americana. Com efeito, à medida que se exacerbava o conflito entre os defensores da neutralidade e os partidários da entrada dos Estados Unidos na guerra, em apoio à tríplice *entente*, crescia a intolerância contra as manifestações culturais da comunidade germânica. O texto reproduzido a seguir expressa com tonalidade forte o clima reinante então.

These Germanophobes first attacked the one thing that bound all varieties of German-Americans together: their language. In 1910, there were approximately nine million German-speaking Americans. German-language communities were widespread, and many schools were devoted to German-language education. However, as soon as the war propaganda created a fear of German spies and insurrections in the United States, the German language began to be viewed as the language of the enemy, and attempts were made to discontinue its instruction. In 1917, Ohio and Louisiana both enacted measures outlawing teaching in German. In 1918, the Nebraska legislature revoked its Mockett Law, because opponents believed German was the only language benefited by the act. Eventually, all states required the exclusive use of English in all schools.

Coinciding with the attacks on German-language education was an extreme decline in the subscriptions to German-language newspapers. Prior to WWI, the German-language press led all other foreign publications in the United States, but after war was declared in April 1917, subscriptions declined rapidly. In October 1917, Congress enacted a law demanding that all matters relating to the war be submitted to the local postmaster for censoring until the paper had proved its loyalty. In 1894, there were over 800 German publications in the United States, but by 1920, there were only 278. Propaganda had increased the fear that German-language newspapers could serve as an organ for the Kaiser in America.

As a matter of course, German-language churches were also condemned. Charges that German-Lutheran churches were "hotbeds of treason..." led to the disruption of services and the threatening of pastors. 24 Major newspapers including the St. Louis Globe and The New York Times encouraged German-American churches to drop German language services. Many Ministers fought these attacks, responding

---

<sup>10</sup> Cf. Berdntson, Erkki. The Rise and Fall of American Political Science. Personalities, Quotations, Speculations. *International Political Science Review*, Vol. 8, No. 1, 1987, pp. 85-100.

that their Congregations would not be able to worship properly if services were in English. This was the response of Wisconsin minister Rev. R. Krenke after the Bayfield County Council of Defense complained that, "any attempt either to teach the German language to the children or to encourage the speaking of it is [considered] giving aid and comfort to the enemy."<sup>11</sup>

## II. FRICÇÕES E CONFRONTOS: A VIA PRUSSIANA E A QUESTÃO ALEMÃ.

Ao contrário do que se imagina com frequência não é a hostilidade que explica o conflito, mas o inverso. Como em tantas outras situações, é o que pudemos verificar no breve relato feito no tópico anterior deste documento: grupos humanos intimamente ligados por laços profundos, depois de conviveram pacífica e proveitosamente por tempos infintos, vêm-se separados pela lógica do conflito inter-estatal e passam a se encarar nem mesmo como adversários, mas como inimigos.

Foi a experiência que muitos grupos de origem germânica tiveram nos Estados Unidos, sobretudo depois que o país entrou formalmente na guerra. Como se sabe, esse passo só foi dado em 1917, quando o conflito já se aproximava do fim. Mas, em que pese a força do sentimento neutralista em muitos setores da sociedade americana, a inclinação dos Estados Unidos pela aliança anglo-francesa estava bem clara já há algum tempo.

Na verdade, bem antes da eclosão do confronto armado. Com efeito, encontramos vestígios de atritos entre os Estados Unidos e o Reich alemão que datam da época de Bismarck. Refiro-me ao contencioso, nos idos 1885, sobre a ilha polinésia de Samoa. Àquela altura, Bismarck havia se deslocado um pouco da orientação continentalista tradicional e juntara-se às demais potências européias no empenho de criar um império colonial. Mas não muito: o eixo de sua política continuava sendo o imperativo de evitar a agressão de seus vizinhos, e nessa política um conflito com os Estados Unidos não tinha nenhum cabimento. A atitude conciliatória do velho chanceler pôs um fim à rusga, sem deixar maiores seqüelas.

Mais tarde, houve os casos da Venezuela (1902/3) e da República Dominicana (1904), nos quais os Estados Unidos fizeram valer as pretensões expressas na doutrina Monroe, impondo limites às “grandes potências”, cujas naves chegavam à costa Oeste do Atlântico em missão punitiva contra governos inadimplentes. A Alemanha estava no grupo e foi obrigada a reconhecer as prerrogativas do jovem império no continente. Mas a ação não era dirigida contra ela. Tratava-se mais da afirmação de uma esfera não dividida de influência.

A intervenção dos Estados Unidos no conflito sobre o Marrocos, em 1906, é bem mais séria. As particularidades do episódio não vêm ao caso -- basta dizer a esse respeito que a Alemanha decidira desafiar o acordo em torno da partilha do Egito e do Marrocos estabelecido entre a Inglaterra e a França, no contexto da “*entente cordiale*”, e decidira desafiar as pretensões da França sobre o segundo. O importante é o papel exercido pelo

---

<sup>11</sup> Ortel, Elizabeth. Sly Indoctrination: British and American Propaganda in World War I and Its's Effects on American German Element. Ver em [www.floridahistoryfair.com](http://www.floridahistoryfair.com).

presidente Roosevelt, como idealizador-presidente da conferência de Algeciras, e a posição que tomou nesse conclave, que reuniu 13 países e no qual a Alemanha ficou praticamente isolada, contando apenas com o apoio do Império Austríaco<sup>12</sup>. Confirmava-se, assim, aos olhos da opinião alemã a percepção de que a Grã-Bretanha movia uma política de cerco (*Einkreisung*) contra seu país, e era preocupante observar que os Estados Unidos alinhavam-se a essa política.<sup>13</sup>

A inflexão na estratégia inglesa, tradicionalmente avessa a compromissos duradouros com aliados -- política de “*splendid isolation*”, como se dizia na época -- foi uma resposta ao ambicioso programa de armamento naval adotado pouco antes pela Alemanha. País de vasto território continental, dirigido por uma aristocracia guerreira, a Alemanha fiara-se sempre na força de seu Exército, votando solene desprezo à força naval. A rigor, até a década de 1880 a Alemanha nem sequer contava com uma marinha de guerra. Essa opção “territorialista” era expressa com todas as letras por Bismarck, segundo o qual o rei Frederico I da Prússia teria tomado a decisão certa ao vender o seu último navio para década dotar seu Exército de mais um batalhão.<sup>14</sup> A situação começa a mudar um pouco na gestão de seu sucessor, Caprivi, e segue mudando no período subsequente, quando a política externa alemã passa formalmente às mãos de Hohenlohe, burocrata idoso e apagado escolhido a dedo para não fazer sombra ao jovem e impetuoso Guilherme II. Mas o grande salto se dá com o plano estratégico traçado pelo Almirante Tirpitz e sua equipe, em meados dos anos 90. Expresso em detalhado programa plurianual de investimento -- em si mesmo uma novidade, pois até então o Parlamento aprovava apenas propostas para o ano fiscal seguinte -- o plano elaborado por Tirpitz inovava radicalmente ao responder de forma clara à pergunta essencial: para quê construir uma esquadra de alto mar? Para usá-la contra quem? Em que hipóteses de guerra? Essas perguntas foram enfrentadas por Tirpitz antes mesmo de se lançar na elaboração do referido plano, em sua primeira comunicação por escrito com o Kaiser. Classificado como “muito secreto”, o memorando intitulado “*Considerações sobre a Constituição de nossa Frota Segundo Classes e Plantas de Navios*”, propunha definições cortantes como essas:

“For Germany, the most dangerous naval enemy at the present time is England.”

“Our fleet must be construct so that it can unfurl its greatest military potential between Heligoland and the Thames.”

“The military situation against England demands battleships in as great a number as possible.”

“Only the main theatre of war will be decisive.”

“Commerce raiding ... against England is so hopeless because of the shortage of bases on our side and the great number o England’s side, that we must ignore this type of war against England in our plans for the constitution of our fleet.”<sup>15</sup>

<sup>12</sup> Jone, Heather. *Algeciras Revisited: European Crisis and Conference Diplomacy, 16 January – 7 April 1906*. Florence, European University Institute, Max Weber Programme, 2009, pp. 1-16.

<sup>13</sup> Cf. Schöllgen, Gregor. *Deutsche Außenpolitik. Von 1815 bis 1945*, München: Verlag C. H. Beck, 2013, p. 85.

<sup>14</sup> Cf. Massie, Robert K. *Dreadnought. Britain, Germany and the Coming of the Great War*. New York: Ballantine Books, 1992.

<sup>15</sup> Apud, Messie, Robert K. *Dreadnought. Britain, Germany, and the coming of the Great War*.

Não se tratava para o estrategista alemão de rivalizar o poderio naval britânico. O raciocínio a instruir sua proposta fundava-se na percepção da assimetria entre as duas potências: a Alemanha podia satisfazer-se com uma frota menor, porque a inglesa precisava manter-se dispersa na garantia de interesses de segurança espalhados por todo o mundo. A concentração de uma frota poderosa no Mar do Norte seria suficiente para dissuadir o inimigo.

Com o projeto da frota a Alemanha preparava-se para dar conseqüência às pretensões de sua *Welt Politik*, expressa muito claramente, embora de forma algo hiperbólica, no discurso do próprio Tirpitz, pronunciado em 6 de dezembro de 1897.

“Wir müssen verlangen, dass der deutsche Missionar und der deutsche Unternehmer, die deutschen Waren, die deutsche Flagge und das deutsche Schiff in China gerade so geachtet werden wie diejenigen anderer Mächte... Mit einem Wort: wir wollen niemand in den Schatten stellen, aber wir verlangen auch unseren Platz an der Sonne!” (Devemos exigir que o missionário alemão e o empresário alemão, as mercadorias alemãs, a bandeira alemã e os navios alemães sejam considerados na China, como os de qualquer outra Potência... Em uma palavra: não queremos fazer sombra a ninguém, mas nós também exigimos o nosso lugar ao sol.)<sup>16</sup>

O curioso é que ao se postar dessa forma no palco da grande política mundial a Alemanha replicava um movimento que era feito também -- de outra maneira e em circunstâncias distintas -- pelos Estados Unidos. Refiro-me, naturalmente, à guerra Hispano-Americana (1898), que além de Cuba valeu aos Estados Unidos o controle das Filipinas, e, portanto, a garantia de um lugar àquele sol asiático que despertava a imaginação da elite alemã. Mas penso, sobretudo, no programa de construção naval, aprovado pelo Congresso americano em 1890, que tinha como objetivo dotar o país da marinha de guerra possante requerida pelos projetos de expansão e projeção externa cada vez mais disseminados em seus círculos dirigentes. Nos dois casos -- Estados Unidos e Alemanha -- a influência poderosa do pensamento de Alfred Tayer Mahan, oficial da marinha e estrategista americano cuja obra *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*, foi consumida avidamente por seus pares germânicos.<sup>17</sup>

Nos dois casos, esse movimento de extroversão verifica-se em condições marcadas pela crise econômica e pela intensificação das lutas sociais. Essa conexão, que está no âmago da interpretação clássica de Appleman Williams<sup>18</sup> sobre a virada imperialista da diplomacia americana no final do século XIX, deve ter pesado também no caso alemão. Esgotado o potencial repressivo da legislação anti-socialista adotada em 1878 (em janeiro de 1890, sua prorrogação era rejeitada pelo Reichstag), confrontado com movimentos de trabalhadores em greve -- na linha de frente dos quais os mineiros do Ruhr -- face ao avanço irrefreável do partido social democrata, que obtém quase 20 por cento dos votos nas eleições de 1890, Guillherme II opta por uma política de concessões na área social, contrariando a opinião de Bismarck, que pouco depois lhe oferece a sua renúncia.

<sup>16</sup> Id. Ibid, p. 73.

<sup>17</sup> Cf. Messie, Robert K. Dreadnought. Britain, Germany, and the coming of the Great War.

<sup>18</sup> Williams, William Appleman. *The Tragedy of the Diplomacy*, New York/London: W. W. Norton & Company, 50<sup>th</sup> Aniversary Edition, 2009.

Mas o paralelo mais importante entre os dois países é de caráter estrutural. Refiro-me ao dinamismo excepcional de suas respectivas economias. A experiência americana é mais conhecida; não preciso me deter nela. Sobre a Alemanha, o trecho citado a seguir é bastante instrutivo.

“The German industrial economy expanded and diversified in the decades before the war. The bedrock remained extractive and heavy-metal branches: coalmining, iron, steel, engineering. All grew fast, especially after the ‘Great Depression’ finally gave way to sustained boom in the mid 1890. In the years 1896-1913, the number of miners in the Ruhr increased from 100,000 to 400,000. Total coal output tripled between the 1880s and the eve of war, by which time Germany was raising a quarter of all world’s coal... In the same period, raw iron output quadrupled, steel output increased thirteen-fold. These branches benefited from the industrial tariffs also introduced in 1879, although that is not the major cause for their dynamism. Construction remained a leading sector as urbanization proceeded even faster and the municipal infrastructure became more comprehensive, including new features like urban tram systems. ... The most significant novelty of this period, and a marker for the rest of the twentieth century, was the advent of the ‘second industrial revolution’, associated with branches like chemicals, electrics, precision instruments and optics. Blue-chip firms such as Bayer, BASF, Hoechst, Siemens, Bosch and Zeiss indicate German quality and world leadership in these fields.”<sup>19</sup>

O importante é destacar que, por caminhos diferentes, os dois países estiveram na vanguarda da segunda revolução industrial -- implantação de ramos industriais novos (engenharia elétrica, química) e das transformações estruturais sintetizadas na noção de capitalismo monopolista: integração horizontal e vertical de atividades; concentração e centralização do capital; difusão de novas formas societárias (as sociedades anônimas); integração banco-indústria.

Não por acaso, nos dois países o surto de desenvolvimento se deu após a resolução -- mesmo que truncada -- do problema de fundo da unidade nacional. No tocante aos Estados Unidos, o marco histórico a registrar é o compromisso de 1877 viabilizou o reconhecimento da eleição de Rutherford Hayes, pôs fim à ocupação militar dos antigos estados confederados e abriu caminho para a reincorporação de suas elites nas estruturas estatais da União. A contrapartida desse pacto foi o salvo-conduto para a implantação das leis de Jim Crow e a edificação, no Sul, do sistema de segregação racial que empurrou o problema da construção nacional nos Estados Unidos até a segunda metade do século XX. No que diz respeito à Alemanha, a referência óbvia é a guerra franco-prussiana, em 1871, que se desdobra na criação do Império alemão.

De um lado e outro do Atlântico, os episódios aludidos ocorrem ao cabo de processos longos e tortuosos, díspares em todos os seus aspectos. Mas convém assinalar a circunstância comum que os associa. Com efeito, abstração feita de seus diferentes pontos de partida -- na América, treze coletividades auto-geridas, embora formalmente subordinadas a um império ascendente; na Europa, um número incomparavelmente maior de unidades políticas dos mais variados tipos, frouxamente integradas como partes de um império tradicional em decadência -- os processos de formação nacional em causa devem ser

---

<sup>19</sup> Blackbourn, David. *History of Germany 1780-1918. The long nineteenth century*. Malden, U.S., Oxford, UK, Victoria, Australia, Blackwell Publishing, 2006, p. 241-2.

encarados como parte do processo mais amplo de decomposição do antigo sistema europeu de estados.

O elo comum em questão é a guerra de Sete Anos. Travada em um momento no qual a expansão territorial já era superada pela posição dos Estados no mercado mundial como fonte primária de poder e riqueza, engolfando em um único conflito operações militares desenvolvidas em três teatros diferentes (Europa, América do Norte e Ásia), segundo Schweizer a Guerra de Sete Anos deve ser concebida como uma crise estrutural no sistema europeu de Estados em transição.

“Britain’s rise to global predominance based on naval, commercial and financial superiority was resisted by France, a power economically less dynamic, resulting in a global conflict to resolve the issue of systemic leadership, to reorganize the framework of international economic relations and to effect a realignment of the international system governance with the new distribution of power registered by war. Simultaneously the growth of exchange networks and polarized alliance structures hastened the spread of conflict to Europe, the merging of continental with colonial issues, and the involvement of states with widely divergent motives and aims.”<sup>20</sup>

Não é preciso aceitar a hipótese teórica do autor para subscrever a síntese que ele faz dos eventos. No momento, é ela que mais nos importa. Embora distantes um do outro milhares de quilômetros e não mantendo entre si relações econômicas ou políticas de nenhum tipo, a Alemanha e os Estados Unidos seriam afetados pela guerra global que se propaga em meados do século XVIII de forma análoga.

Não é bem assim. Antes de mais nada, cabe corrigir o anacronismo. Os (futuros) Estados ainda não estavam Unidos, e a Alemanha, como entidade política soberana, não estava à vista, nem mesmo em sonhos. Mas viriam a estar, ambos, em grande parte como resultado -- direto e indireto -- daquele conflito.

No caso americano, a relação é mais imediata. Desencadeada de forma independente pelo conflito entre colonos ingleses e franceses pelo controle do vale de Ohio, a “guerra contra os franceses e os índios” (*French and Indian War*), como o conflito é batizado nos Estados Unidos, terminou na mesa de negociações com a cessão do Canadá à Inglaterra, enquanto a França conservava sua cobiçada colônia de Guadalupe. As consequências geopolíticas dessa mudança no cenário norte-americano foram antecipadas com precisão por críticos da opção canadense do governo inglês, como se pode ver no trecho de um panfleto atribuído a um parente não tão famoso de Edmund Burke, cujo argumento central era exposto nesses termos,

“If, Sir, the People of four Colonies find no Check from Canada, they will extend themselves, almost without bounds into the Inland Parts. They are invited to it by the Pleasantness, the Fertility and the Plenty of that Country; and they will increase infinitely from all Causes. What the Consequence will be, to have a numerous, hardy, independent People, possessed of a strong Country, communicating little, or not at all with England, I leave to your own reflections. I

---

<sup>20</sup> Schweizer, Karl W. *England, Prussia, and the Seven Years War: Studies in alliance Politics and diplomacy*. New York: The Edwing Mellen Press, 1989, p. 19.



hope we have not gone to these immense expences without any idea of securing the Fruits of them to Posterity.”

Em outra passagem a conclusão do argumento é exposta mais explicitamente:

“... by eagerly grasping at extensive Territory, we may run the risque, and that perhaps in no very distant Period, of losing what we now possess. The possession of Canada, far from being necessary to our Safety may in its Consequences be even dangerous. A Neighbour that keeps us in some Awe, is not always the worst of Neighbours. So that far from sacrificing Guadaloupe to Canada, perhaps if we might have Canada without any Sacrifice at all, we ought no to desire it.”<sup>21</sup>

Draper, autor que trouxe esse e outros panfletos sobre o tema à atenção do público, apresenta uma hipótese para explicar a aparente clarividência manifesta neles, e constrói sobre essa base sua interpretação sobre a Revolução Americana. Não precisamos acompanhá-lo nesse desenvolvimento. Para efeitos da análise esboçada neste texto, basta registrar a relação empírica entre esta última e o desfecho da Guerra de Sete Anos.

A conexão que a prende ao outro evento em análise é indireta. Em curto prazo, a implicação mais relevante da Guerra dos Sete Anos na Europa foi a consolidação da Prússia como potência emergente. Tendo conquistado em campo de batalha a Silésia, pouco antes, a Prússia teve o apoio financeiro da Inglaterra para enfrentar o reformado Sacro Império Romano Germânico, que voltava à carga em aliança com a França. Operava, aí, a lógica do “equilíbrio de poder” que regia o antigo sistema de Estados europeu -- com o papel muito especial nela reservado à Inglaterra, cujo envolvimento nos conflitos continentais era ditado pelo imperativo de evitar a afirmação nesse âmbito de uma potência hegemônica. Não surpreende, assim, que uma vez alcançado esse objetivo a “pérfida Albion” tenha resolvido em mesa de negociações suas pendências com a França, descartando fleumaticamente o aliado prussiano. Mas, a essa altura, este já estava admitido como parceiro no jogo.

O outro elo a vincular os dois elementos da cadeia que examinamos é a exaustão financeira do Estado absolutista francês depois de anos a fio de esforço de guerra. A importância desse componente na combinação explosiva que detona em 1789 é conhecida. O fenômeno de impacto direto no processo alemão se produz na esteira das reações geradas por esse evento.

Faço alusão aqui, naturalmente, à guerra movida contra a França revolucionária por sucessivas coalizões realistas, e a ofensiva feita por Napoleão em 1803, que o levou a ocupar todo o território à margem oriental do Reno. Não tentarei comprimir em alguns poucos parágrafos o que a passagem do “espírito do mundo a cavalo”, como foi descrito por Hegel, significou para a Alemanha. Basta registrar três aspectos dessa experiência crucial: a) a secularização das terras da igreja católica e a drástica centralização política administrativa -- com o desaparecimento de inúmeros estados; b) o fim das leis feudais então em vigor, aí incluído o instituto do trabalho servil; c) a fragorosa derrota imposta à Prússia, em 1806, e a aliança forçada desta com a França, resultado humilhante que muitos oficiais prussianos --

---

<sup>21</sup> Remarks on the Letter Addressed to Two Great Men, Apud, Draper, Theodore, *A Struggle for Power: the American Revolution*, New York, Random House, 1996.

entre eles o jovem coronel Clausewitz – rejeitaram, optando por dar combate ao inimigo ao lado das tropas russas; em outro plano, como expressão menos ruidosa de resistência, as reformas modernizantes introduzidas por von Stein e von Hardenberg, que pavimentaram o caminho do desenvolvimento da Prússia no período subsequente.

E citar comentário de Hegel, que define um dos pontos de vista que se chocaram no debate aberto desde então sobre o problema da unidade nacional alemã.

“All component parts would benefit from Germany becoming a state, but such will never come about as a result of deliberations, but only of force that is in tune with the general level of education and combined with a deeply and clearly felt desire for the need for unification. The common mass of the German people along with the estates, who only know of the separation of the various regions and who think of unification as something quite foreign to them, must be brought together by a conqueror’s power. They must be coerced into regarding themselves as belonging to Germany.”<sup>22</sup>

A perspectiva oposta ganhou ressonância maior a partir de 1830, no período do *Vormärz*, que leva esse nome porque vai desembocar na tentativa revolucionária de março de 1848. Ela insistia nos valores da burguesia ilustrada, e continuava a se inspirar na Revolução francesa para propor um programa de unidade nacional baseada no reconhecimento das particularidades locais, na representação parlamentar, no império da lei e na consagração dos direitos humanos. Havia também uma ala mais avançada do movimento que assumia a defesa da democracia política. É desse setor que se desprenderia no final do período o grupo radicalizado que abraçou a causa do socialismo.

A Revolução de 1848, com seu desfecho pouco empolgante -- os convencionais reunidos em Frankfurt acabaram por oferecer a chefia do governo que estavam a constituir ao próprio rei, que rejeitou a proposta por não reconhecer legitimidade na assembléia que a produzia -- constitui o locus clássico do debate sobre a especificidade da formação da Alemanha moderna. Voltarei ao tema em outra parte deste estudo. Por ora basta dizer que o debate foi iniciado pela geração de 1848 – com destaque para a tese consagrada do próprio Marx -- e que mais de cem anos depois ele se mantinha aceso entre historiadores<sup>23</sup>.

Seja qual for a avaliação que se faça das distintas interpretações históricas em disputa, o certo é que o processo real na Alemanha manteve-se mais próximo do roteiro esboçado por Hegel do que dos projetos generosos de seus adversários intelectuais e políticos. A unificação se fez sob o comando severo da Prússia, que fez uso abundante de seus meios de sedução e de seu poder coercitivo para impor o seu projeto aos demais membros da federação criada pelo Congresso de Viena, em 1815.

O episódio já evocado da guerra franco-prussiana encerra essa fase histórica, mas nem por isso dá uma resposta definitiva à “*questão alemã*”. Ela está exposta com muita clareza no parágrafo:

---

<sup>22</sup> Citado em Kitchen, Martin. *A History of Modern Germany 1800–2000*. Malden, MA, Blackwell Publishing, 2006, p. 10.

<sup>23</sup> Para um comentário crítico muito influente sobre a controvérsia, Cf. Blackourn, Davi e Geoff Eley. *The Peculiarities of German History, Bourgeois society and politics in nineteenth-century Germany*. Oxford/New York, Oxford University Press, 1984.

“Denn das war die Lage: Mit acht Staaten hatte Deutschland eine gemeinseme Grenze. Darunter befanden sich mit Russland, Österreich-Ungarn und Frankreich allein drei Grossmächte. Rechnete man, wie Bismarck es tat, die mittelbar benachbarten Grossmächte England und Italien hinzu, kam man auf fünf. Kein zweites vergleichbares Land der Erde befand sich in einer derartigen Situation. Daraus ergab sich ein ebenso simples wie schwierig umzusetzendes Prinzip: Man musste die Nachbarn, die Grossmächte zumal, daran hindern sich zusammenzuschliessen, sich untereinander auf Kosten Deutschland zu verständigen.” (Porque era essa a situação. A Alemanha fazia fronteira com oito Estados. Entre eles encontravam-se a Rússia, a Áustria-Hungria e a França, em si mesmas três grandes potências. Se levamos em conta, como Bismarck fazia, que a Inglaterra e a Itália eram vizinhos indiretos, teremos cinco Grandes Potências. Nenhum outro país na Terra encontrava-se em semelhante situação. Dela resulta um princípio que é tão simples quanto de difícil aplicação: é preciso impedir que os vizinhos, especialmente as grandes potências, se unam ou se entendam em detrimento da Alemanha.)<sup>24</sup>

O contraste com o caso americano não poderia ser maior. O processo de formação nacional nos Estados Unidos foi difícil e só pôde ser “concluído” depois de uma guerra sangrenta. Mas os problemas que afligiam a sociedade americana eram de origem interna. Removida a ameaça francesa que vinha do Québec, os vizinhos -- sociedades tribais e um Estado mambembe -- eram inofensivos e impotentes para refrear o ímpeto expansionista dos antigos colonos.

Plantada entre as grandes potências européias, tendo sofrido repetidas vezes as conseqüências devastadoras de suas rivalidades -- para se ter uma idéia, estima-se que a Guerra de 30 Anos tenha ceifado a vida de 25 a 40 por cento de sua população -- a Alemanha esteve condenada à fragmentação por muitos séculos. Lograda finalmente a unidade territorial, o seu tamanho e seu dinamismo voltavam a colocá-la em situação difícil. Forte demais para ser tratada como um país ordinário, mas não o suficiente para mudar o sistema, a Alemanha despertava o temor de seus vizinhos -- no sentido lato do termo -- que acabam por unir suas forças para contê-la, com apoio da outra potência emergente, os Estados Unidos.

Esse o âmago da *deutsche Frage* a “questão alemã”. Na segunda década do século passado ela provoca uma conflagração de proporções até então nunca vistas. Mas nem por isso seria resolvida.

Na Alemanha, igualmente, a unificação é seguida por um surto de desenvolvimento.

Não por acaso, no final do século esses dois países estariam na vanguarda da segunda revolução industrial. Potências semiperiféricas em fase avançada de ascensão, já nessa época contavam com sistemas produtivos mais poderosos do que os do hegemon declinante.

<sup>24</sup> Schöllgen, Gregor, op. cit., p. 36.

Mas os dois países abriam caminho na hierarquia internacional em condições geopolíticas radicalmente diferentes. No caso americano, isso se fazia em um espaço defendido de possíveis rivais por distâncias oceânicas. No caso alemão, a emergência do novo poder se dava no epicentro do sistema europeu de Estados e provocava abalos de monta, em consequência.

### III. PENSAR O IMPENSÁVEL. METAMORFOSES

*Die Deutsche Frage, A Questão Alemã*, de Wilhelm Röpke, é um livro excepcional sob todos os pontos de vista. Escrito entre 1944 e começos de 1945, em ciclo de atividade febril materializada na trilogia que daria notoriedade ao autor -- *Die Gesellschaftskrisis der Gegenwart*, de 1942; *Civitas Humana. Grundfragen der Gesellschafts- und Wirtschaftsreform*, de 1944, e *Internationale Ordnung*, de 1945 -- algumas características distinguem esse ensaio dos tantos outros sobre o mesmo tema produzidos pela diáspora alemã da época. Ex-combatente de impecáveis credenciais germânicas, alto e louro, bem nascido e bem formado, Röpke poderia ter encontrado facilmente um lugar confortável para si na Alemanha nazista. Ao invés disso, ainda jovem, sacrificou carreira promissora de professor na prestigiosa universidade de Marburg ao pronunciar discurso contundente contra Hitler, em 1933, pouco depois que este chegou ao poder, como chanceler. Anti-nazista de primeira hora, ao invés do pedido de reconsideração esperado por todos, Röpke optou pelo exílio -- primeiro na Turquia, depois na Suíça, onde viria a se radicar. Desprovido dos laços de pertencimento que soldavam a diáspora judaico-alemã e inscreviam seus membros em um universo de interlocução privilegiado; distante das forças políticas que lideravam a resistência internacional ao fascismo -- a esquerda comunista e social-democrata; carente do reconhecimento que cercava alguns intelectuais dissidentes mundialmente consagrados, esse ex-socialista convertido em economista liberal na leitura de von Mises toma a palavra para falar dos dilemas de seu tempo em uma posição de relativa marginalidade.

Ao fazê-lo intervinha em um debate intenso, que vinha se desenvolvendo já há alguns anos em todo o mundo -- mas particularmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. A história é conhecida; podemos referi-la de forma telegráfica: encontro de Roosevelt com Churchill em Newfound Land, Canadá; Carta Atlântica; Pearl Harbor; entrada dos EUA na guerra. Desde então, já previsível o desfecho do conflito, negociações, sobre o apoio material e financeiro americano e planos alternativos para uma nova ordem internacional capaz de evitar a recorrência de crises e a escalada de conflitos que viessem a culminar em uma Terceira Guerra. A literatura sobre o tema é enorme e inclui algumas interpretações bem conhecidas, bastando citar a título de exemplo o artigo célebre de John Ruggie sobre o “*embedded liberalism*” e o livro de Ikenberry, *After Victory*<sup>25</sup>. Isso, para não falar dos incontáveis estudos sobre as instituições que viriam a moldar pouco depois a ordem que emerge realmente no pós guerra: entre elas, a ONU, o FMI, o Banco Mundial e o GATT.

<sup>25</sup> Ruggie, John. “International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in postwar economic order. In Krasner, S. D. (ed.) *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press 1989. Ikenberry, G. John. *After Victory. Institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2001. Para uma visão panorâmica do debate sobre a dimensão doméstica da reconstrução no pós guerra, Cf. Lortwin, Lewis L., *Postwar Plans of the United Nations*. New York, The Twentieth Century Fund, 1943.

A pergunta sobre o que fazer com a potência caída inscrevia-se nesse debate. Mas não uma parte qualquer. Sob muitos aspectos, o destino a ser dado à Alemanha era a questão mais sensível de todas, a mais espinhosa.

A obra de Röpke deve ser vista, assim, como uma intervenção em um debate que se trava no interior de outro debate, mas que se distingue claramente deste pela natureza da questão em pauta. Mais do que idéias sobre princípios e normas a vigorar no futuro, o que está posto aqui é o problema de como tratar, no presente, um povo com história tão rica e tão complexa quanto o alemão, depois das atrocidades indescritíveis que em seu nome foram perpetradas. Como impedir que, em outro giro da história, esse mesmo povo voltasse a se erguer disposto mais uma vez a impor sua vontade, contra tudo e contra todos, com efeitos ainda mais catastróficos? Ao lidar com o “monstro” vencido, o que fazer para transformá-lo em um ser dócil, e pacato?

Röpke intervém na discussão de um lugar muito especial, e chama a atenção do leitor o argumento que formula para definir esse lugar como privilegiado. Em sentido oposto à construção rawlsiana sobre o “véu da ignorância” como garante da decisão isenta, no raciocínio de Röpke a objetividade surge como resultante da empatia e do conhecimento vivido, desde que em dosagens adequadas.

“Much depends upon the distance from which the German problem is considered, and I think there is an optimum distance, not too little and not too great. Closest to the problem is the German living among his fellow-countrymen. If he is capable at all of forming any sort of objective judgment, there are many things he will know better than the rest of us...

The maximum distance, of course, is that of the foreigner. He has a sharp eye for some things the German misses...; but he has to purchase this advantage with the disadvantage of the lack of a particularly important source of illumination -- self questioning. Between these two points of view, no too close and not too far, stands the man who has lived long enough as a German among Germans to enjoy the German's advantages, and long enough abroad to be able to enjoy the advantages of the foreign observer.”<sup>26</sup>

Instalado neste posto, na interseção de dois mundos, Röpke se apresenta como portador de autoridade única para falar sobre o seu tema, e com títulos igualmente elevados para fazê-lo perante os dois auditórios.

Pois esta é uma das características mais salientes da obra: Röpke assume o papel de mediador, e nessa condição fala para dois públicos distintos, usando entonações e razões diferentes, de forma expressa. Como explica com didatismo,

“...we must always bear in mind that we have to speak in entirely different ways to the Germans and to the rest of the world. We have to warn the world not to allow itself to be carried away in its understandable wrath to decisions and actions that would overshoot the mark and do harm that would be difficult to repair. To the Germans we say: Take care not to take too lightly your heavy responsibility, and not to imagine that it is enough to set down the Nazis as a criminal gang with which you have nothing to do.”<sup>27</sup>

<sup>26</sup> Röpke, Wilhelm. *The German Question*, London: Allen & Unwin 1946.

<sup>27</sup> Id., *Ibid.*

Nos dois casos, porém, a linguagem empregada é a do discurso moral. E não por acaso. Liberadas em número cada vez maior as zonas sob ocupação nazista, revelada a existência dos primeiros campos de extermínio, no inverno de 1945 um sentimento de horror e repulsa generalizado tomava conta da opinião pública mundial. Inteiramente estranho aos fatos que o produziam, Röpke tomava o estigma que eles faziam pesar sobre os alemães como ponto de partida obrigatório de sua peroração.

“Let us hold on to the fact that the Germans, who today have become odium generis humani, are a people with whom fate has played a more evil game than with any other -- fate and own failure. What is worst of all is that this unique history ... has left deep traces in the German character that have made the Germans one of the most complex and problematic and, in the end, one of the best-hated of all nations.”

“...we are concerned with a nation whose name, once standing so high, is today linked with atrocities that have turned a Breughel vision of Hell into appalling reality.”<sup>28</sup>

A questão da culpa é onipresente na reflexão de Röpke. Nesse sentido, ela deve ser vista também como uma narrativa que busca explicar e dar sentido à experiência do mal absoluto, partilhada de uma forma ou outra pelos alemães, ao tempo em que circunscreve, delimita, distingue os diferentes graus de responsabilidade, a fim de que a sociedade que aninhou o horror em um momento particular de sua história possa se reconciliar consigo mesma e ser aceita novamente como membro pleno da comunidade internacional.

Nesse movimento, o tema do totalitarismo desempenha um papel fundamental -- pois não há nada de especificamente germânico nessa patologia. Trata-se de uma deformação da modernidade, que se manifesta em graus e maneiras distintas, em contextos os mais variados. Contida em germe na França revolucionária e napoleônica, ela se apresenta com todos os seus traços na Rússia soviética, e paira como tendência ameaçadora no coletivismo larvar que contamina as sociedades (ainda) democráticas. O nazismo não é um “*monstro fabuloso*”, um “*dragão encontrado apenas nas florestas primaveris da Germânia*”, ele observa. Trata-se de um exemplar dessa espécie, cujas características podem ser apontadas sem maior dificuldade.

“Whether in Bolchevism, Fascism, or Nazism, we meet continually with the forcible and ruthless usurpation of the power of the State by a minority drawn from the masses...; a minority led by a “charismatic leader” and brazenly identifying itself with the State. It is a tyranny that does away with all the guarantees of the constitutional State, constituting as the only party the minority that has created it, furnishing that party with far-reaching judicial and administrative functions, and permitting within the whole life of the nation no groups, no activities, no opinions, no associations or religions, no publications, no educational institutions, no business transactions, that are not dependent on the will of the Government.”<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Id.. Ibid.

<sup>29</sup> Id. Ibid.

Caracterizado ainda por uma economia autárquica, e por uma dinâmica interna que leva inexoravelmente à guerra, antes de aplicá-la ao exterior, o totalitarismo exerce sua violência incontida sobre a população mesma do país que seqüestra. Carece de razão, portanto, a crítica que concentra no povo alemão a culpa pelas atrocidades nazistas, sem ao menos se perguntar sobre o que fazia (não fazia) quando as vítimas do totalitarismo nazista ainda em ascensão buscavam apoio externo para barrar a sua marcha diabólica.

Mas não só por isso. Essa crítica -- ligeira na descoberta de supostas essências e na proclamação de julgamentos inapeláveis -- banaliza o mal e presume que o apoio (ou a aquiescência) às práticas dos criminosos nazistas, na Alemanha, resultou de processos livres e espontâneos de formação de vontade. Mal se dá conta que ao proceder assim ela concede ao nazismo o maior benefício que ele poderia almejar.

A pergunta de Röpke cai sobre tais críticos como uma condenação severa.

“The world is deeply to blame for having for so long taken all too little notice of the atrocities Nazism committed against the Germans themselves. Now, faced with the whole grisly truth, are we to blame the German nation alone for remaining inactive, after the rest of us had allowed it to be brought into a situation in which those who moved a finger inescapably took the road that led to Buchenwald and other Golgotas?”

A resposta a essa pergunta foi dada com eloquência característica por Hanna Arendt, em escrito publicado mais ou menos na mesma época.

“Whether any person in Germany is a Nazi or an anti-Nazi can be determined only by the One who knows the secrets of the human heart, which no human eye can penetrate. At any rate, those who actively organize an anti-Nazi underground movement in Germany today would meet a speedy death if they failed to act and talk precisely like Nazis.

In a country where a person attracts immediate attention by failing either to murder upon command or to be a ready accomplice of murderers, this is no light task. The most extreme slogan which this war has evoked among the Allies, that the only "good German" is a "dead German," has this much basis in fact: the only way in which we can identify an anti-Nazi is when the Nazis have hanged him. There is no other reliable token.”<sup>30</sup>

Conseqüente no radicalismo filosófico de suas idéias, Arendt desloca a questão da culpa e da responsabilidade do particularismo nacional à condição universal do gênero humano:

“For many years now we have met Germans who declare that they are ashamed of being Germans. I have often felt tempted to answer that I am ashamed of being human.”<sup>31</sup>

<sup>30</sup> Arendt, Hanna, “Organized Guilty and Universal Responsibility”, in *Essays in Understanding*, p. 124.

<sup>31</sup> Id. *ibid*, p. 131.

Röpke não chega a tanto. Em sua dupla condição de observador-participante, ele não se furta a passar em revista a atuação de grupos e indivíduos no processo que leva ao Estado totalitário, e com base nesse exame distribuir em doses diferentes culpas e responsabilidades. As páginas que reserva aos “financistas”, aos “acadêmicos”, aos “escritores”, com seus livros e periódicos claramente identificados, e mesmo aos professores da rede de ensino médio -- todos irmanados no empenho em disseminar a cultura do ódio -- lêem-se como partes de uma peça de acusação.

Mas, embora indispensável, esse exercício de adjudicação não deve obscurecer o principal. Identificadas condições gerais do fenômeno, distribuídas criteriosamente as responsabilidades, resta o fato perturbador de que o flagelo nazista gestou-se na sociedade alemã, e não em outra qualquer. É preciso encarar esse fato de frente e entendê-lo profundamente se queremos extirpar a origem do mal.

É que, a despeito do veio religioso que o perpassa, o livro de Röpke é animado por uma intenção eminentemente política. O que interessa primordialmente ao autor não é o julgamento moral em si mesmo, mas o efeito prático que o exercício bem conduzido desse tipo de juízo pode ter ou não sobre a realidade. Isto se torna óbvio na parte final, quando apresenta suas recomendações. Falarei sobre este aspecto da obra dentro em pouco. Por ora, quero chamar a atenção para o trabalho da razão estratégica na instrução do próprio exame de consciência.

Veja-se, por exemplo, o que Röpke tem a dizer sobre os bombardeios aliados, que devastaram Dresden, Berlim, Nuremberg e tantas outras cidades alemães, grandes e pequenas, sem outra justificativa estratégica, salvo a de semear o terror e com isso quebrar o moral da população civil.<sup>32</sup>

“It should be possible to convince the Germans that the bombing was part of the general conduct of the war into which the Nazis had forced the Allies to enter.... The Germans, even those who were strongly anti-Nazi, must understand that the war could only be waged on the strictly territorial principle, and could thus make no distinction between just and unjust, and that to that extent the decent Germans were bound to share liability with the Nazis.”<sup>33</sup>

Nesse caso, Röpke faz tábula rasa dos princípios do direito público europeu, que na avaliação dos atos de guerra sempre distinguiu a violência exercida contra combatentes e contra não combatentes, para não falar da distinção entre *jus ad bellum* e *jus in bellum* tão cara à tradição do pensamento político à qual ele se filia.<sup>34</sup>

<sup>32</sup> Para que se tenha uma idéia da dimensão do esquecimento solicitado por Röpke, vale a pena ler a passagem que segue: “Allied bombing alone had destroyed or heavily damaged approximately 20 percent of all dwelling units in the nation, mostly in the larger cities. Forty-nine of the larger cities had 39 percent of their dwelling units destroyed or seriously damaged, and many had lost their entire central and business districts. About four million soldiers and between three and four hundred thousand German civilians had been killed in the war, about two million had been orphaned, and at least a million and a half had been crippled more or less seriously.” U.S. Strategic Bombing Survey, Over-All Report, European War, Washington, 1945, Apud. Edinger, Lewis, J., Kurt Shumacher. *A Study in Personality and Political Behavior*, Stanford, Stanford University Press, 1965, p. 74.

<sup>33</sup> Röpke, op. cit. p.

<sup>34</sup> Compare-se com o tratamento dado ao tema por Michael Walzer em *Just and Unjust Wars. A Moral argument with historical illustrations*, Basic Books, 1977, 255-263.



Mas esse (mau) passo só se torna inteligível à luz dos parágrafos seguintes, quando o autor se dirige aos vencedores e lhes explica como os derrotados devem ser tratados.

“... while the war had to waged on the territorial principle (locus regit actum, as the phrase runs in international private law), the peace should be concluded on the personal principle, that is to say with the strictest distinction between Nazis and the rest of Germans.

“This distinction between the seducers and their victims is the most important means by which the victors can promote the moral revolution; indeed, it seems to us to be the indispensable condition for it.”<sup>35</sup>

Röpke precisa recuar na avaliação moral da conduta aliada na guerra porque a realização do programa que ele propõe requer a adesão ativa dos dois lados -- vencedores e vencidos -- por mais que as relações entre eles naquele momento fossem assimétricas. Essa a tarefa a que se propõe como “mediador”: aproximar horizontes, arbitrar diferenças, propor soluções com base nas quais os antigos inimigos possam reconstruir os seus laços e viver em paz.

O programa que articula o conjunto dessas propostas deflui do diagnóstico que ele faz da “questão alemã”, na parte nuclear do livro -- o segundo capítulo intitulado muito significativamente “*A Patologia da História Alemã. Falácias e Meias Verdades.*”

O termo diagnóstico não aflora no comentário do texto por acaso. Röpke é explícito na indicação do método a ser observado pelo analista no seu trabalho, e a ela dedica várias páginas. Ele deve proceder com o cuidado do clínico, que decompõe a situação-problema em seus distintos elementos a fim de entender a combinação singular que leva ao resultado observado.

Essa situação pode ser representada sob a forma de um enigma:

“How is it that the central country of Europe, again and again plays a lone hand in the intellectual and political life of this continent, fighting against the spirit of the rest, and that many Germans seen even to be product of playing this part, as rebels against Europe?”<sup>36</sup>

A pergunta remete o autor a um longo e fascinante ensaio de interpretação histórica, cujo ponto de partida é a constatação de que a história alemã comporta duas correntes “relacionadas, mas diferentes” -- a corrente Germânica e a Prussiana -- que se uniram no século dezenove.

Ou seja, Röpke traz para o centro de sua análise o tema da unificação, mas -- ao contrário do que se fez na segunda parte deste texto -- não enfatiza os condicionantes sistêmicos desse processo, mas os determinantes endógenos à formação histórica alemã.

---

<sup>35</sup> Id. Ibid.

<sup>36</sup> Id. Ibid.

“If we begin with the general current of German history and follow it down to the nineteenth century, we may come to three main conclusions:

“From the Treaty of Verdum (843)... until the ending of Germania and her transformation into Greater Prussia (1866), a healthy, genuine, and lasting federation of the German nations ... was never successfully established, nor was a unified State, with which their character was thoroughly incompatible.”

“... in Germany ... , in the late Middle Ages and at the beginning of modern times the power was broken of those classes which everywhere else formed a counterpose to feudalism and absolutism and which created the type of the modern society, essentially liberal and democratic – the towns and the peasantry.”

“In this feudal and absolutist land certain spiritual influences were at work, particularly the Lutheran Reformation, in a way that may be observed to this day in almost every trait of the economic, social, and spiritual structure of the predominantly Protestant Germany...”<sup>37</sup>

No restante do capítulo Röpke considera detidamente cada um desses elementos, tratando em separado o terceiro deles, que tem papel importante, mas complementar em sua análise. Sobre esse tema, basta destacar a crítica que ele faz à segmentação, inerente à versão luterana do protestantismo, entre “a esfera da vida privada” -- espaço de realização dos princípios e das virtudes cristãs -- e o “mundo da política” -- intrinsecamente impuro e regido por lógica própria. Esse dualismo moral estaria na origem de algumas taras da cultura alemã: a tendência a um realismo fácil que reduz a política a um mero jogo de forças; o acentuado intimismo, com o seu *pendant*, o alheamento das questões afetas à coletividade; uma atitude passiva diante da autoridade mundana; um sentimento piedoso em relação ao Estado, uma *Staatsfrömmigkeit*.

Na impossibilidade de acompanhá-lo de perto em sua análise dos dois pontos centrais, contento-me em citar duas passagens muito evocativas para o leitor familiarizado com a obra de Barrington Moore e com o debate sobre a “via prussiana” que é por ela marcado.

“For our purposes it is sufficient if we note the following essential points:

The Elbe and the Saale roughly from the frontier line that divides the ancestral country of the Germans from the colonial Germany won ... from Slav tribes by conquest, extermination, and enslavement, or by peaceful settlement... this environment of the east was bound to create the type of the colonial German, characterized in all classes by hardness, resolution, resourcefulness ... and in the upper classes by the habit of command, while the lower class is marked by an equally strong habit of obedience.”

“From this dualism between Germany and the eastern territory there proceeded ... a dualism in the agrarian system. In West and South agrarian history ran much the same course as in the rest of western Europe, a minority of peasants remaining entirely free, while the rest under the manorial system (*Grundherrschaft*) had the chance of gradually rising to be free peasants: in the East, in place of this system a

---

<sup>37</sup> Id. Ibid.

large part of the peasantry was driven from the land, and there developed a system of Gutscherrschaft, under which great farming properties were run with the aid of serfs or bondsmen. In some cases this latter system assumed forms closely resembling the system of negro plantations, which appeared at about the same time in the West Indies.”<sup>38</sup>

Nos marcos desse sistema agrário, as cidades na Prússia tiveram um crescimento acanhado, e nunca gozaram de maior autonomia, o que se traduzia em fraqueza também de seus personagens característicos.

“Thus Prussia became not only the country with fewest peasants but also the country with the smallest middle class, and thus sociologically the most “eastern” country of Germany...”<sup>39</sup>

Completava esse quadro “oriental” a hipertrofia do Estado prussiano -- um Estado “artificial”, sem fundamentos na identidade cultural de um povo (Röpke fala em “*common racial history*”), Estado cuja unidade devia-se apenas à força do monarca, da burocracia, do Exército e do prestígio militar.

Dado esse substrato social a política agressiva adotada por Bismarck para levar a cabo seu projeto de unificação não surpreende. Exclusão da Áustria; subordinação dos demais Estados da Federação Germânica pela ameaça do emprego da força, pela cooptação de seus dirigentes; como regra geral pela combinação maquiavélica desses dois instrumentos -- no terceiro capítulo do livro Röpke faz uma crítica contundente da obra realizada pelo chanceler do Reich. Essa crítica estende-se às suas políticas econômicas às quais estão intrinsecamente associadas algumas particularidades do processo alemão que deslumbram tantos observadores ainda hoje: crescimento econômico acelerado; urbanização desenfreada; proletarização em massa; hipertrofia da grande indústria; centralização acentuada do capital, com sua face sombria, a multiplicação de cartéis, e suas relações promíscuas com os agentes públicos.

A crítica de Röpke vai além e alcança também o tipo particular de “negação” que a sociedade moldada por essas políticas acaba por gerar.

“But if we probe to the very bottom we find that the world is indebted to this evolution of the Bismarckian empire not only for the prototype of monopoly-and-proletariat capitalism, and for the ideal, which since has everywhere become so seductive, of rigidly organized industry, but also for something quite different—organized Socialism as a mass movement, led by men whose only quarrel with such an economic system was that other men sat at the desks from which the commands go out, a Socialism to which men shut out from responsible leadership in political and economic life and embittered by violent class hostility gave the special character of an uncompromising mass faith.”<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> Id. Ibid.

<sup>39</sup> Id. Ibid.

<sup>40</sup> Id. Ibid. p. 169.

Garantida a preliminar relativa à disposição dos aliados de oferecer aos vencidos uma paz construtiva, o programa de Röpke procura atacar o problema alemão em suas raízes. Não por outro motivo esse liberal conservador refere-se a ele como uma revolução. Na realidade, o seu programa prevê três revoluções conjugadas:

a) Uma “revolução moral”.

Antes de mais nada, os alemães precisam fazer uma penitência radical. Não há salvação sem o reconhecimento dos erros fatais que cometeram e dos crimes inomináveis que em seu nome foram praticados. A hora é de contrição e renascimento. Mas a purgação não ocorrerá espontaneamente. É preciso fazer todo o possível para despertar a consciência de quantos não tenham sido irremediavelmente corrompidos pelo “sistema diabólico do Nacional Socialismo”. A penitência deverá ser organizada, pois. Será preciso alimentar os alemães novamente com bens espirituais saudáveis, reeducá-los na leitura de obras que exponham os valores imorredouros da civilização ocidental e a maldade absoluta do nazismo. A falência completa da moralidade coletiva emanada da Grande Prússia torna mais fácil essa tarefa: ao contrário do que se deu em passado recente, agora a responsabilidade da guerra não está em questão; e depois da catástrofe, não há nenhum vestígio de glória militar a ser resgatado em novo culto à bandeira conspurcada pela suástica que ela estampou nesses últimos tempos. Não faltarão dirigentes nesse trabalho de produção de um novo espírito. Já são visíveis os sinais de que muitos intelectuais estão recobrando a razão, e quando sua palavra for difundida através de Universidades, escolas, jornais, Igrejas e tribunais uma nova Alemanha nascerá. O mais importante é criar uma nova elite intelectual. A demolição das barreiras, o restabelecimento da comunicação com o mundo externo, e o predomínio neste de uma atitude franca, mas compreensiva contribuirá fortemente para tal resultado.

b) Uma “revolução política”.

À luz da análise precedente, o seu conteúdo é mais que previsível. Ela consiste na “dissolution of the Bismarckian empire; the relegation of Prussia to the Elbe line, and the creation of a German Confederation of autonomous *Lander* (territorial States) which in turn will be ruled on the strict principle of local and regional selfgovernment. It is a revolution that must follow the principle that the rebuilding of Germany must be effected not from above but from below, that is to say from the smallest political units of the *Gemeinde*, the *Kreis*, and the *Land*, a rebuilding that begins with the foundations and not with the roof.”

Assim definida, a revolução política é sinônimo de restauração. É preciso quebrar a influência dominante da Prússia e ressuscitar a tradição dos antigos Estados Germânicos, que voltariam a existir -- separadamente, ou em novas agregações -- como unidades de uma federação (ou mesmo de uma confederação).

“Germany must regain her character of a “nation of nations,” and return to the good traditions from which, three generations ago, she departed to her undoing.”<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Id. Ibid. p186.

Os incrédulos dirão que isso significaria fazer voltar atrás a roda da história. Mas eles perdem de vista o fato de que o poder central -- que unificou coercitivamente o país no passado -- está literalmente em pedaços. A Alemanha que sai devastada da guerra não se desfaz em caos pelo efeito organizador de suas fontes tradicionais de autoridade, com suas respectivas implantações locais.

“There will be no more orders from Berlin .and perhaps not even the technical means of transmitting them, but in the villages, the small towns, and even the great cities and the provinces, life will go on in the most elementary forms. The smaller the political units, the better will be the prospect of the early forming once more of an ordered administration, based on the most urgent requirements and on the past traditions of self-government; of the right men, personally known for their ability and integrity, taking the administration in hand; and of no new demagogues and mystical leaders interfering with the sober task of organizing life on a local or regional basis. Here the undeniable German sense of order and discipline and decency will show itself.”<sup>42</sup>

c) Uma “revolução econômica e social”.

Esse retorno ao local e à pequena escala rege também o programa da revolução econômica e social. É preciso liberar a Alemanha das formas degeneradas do capitalismo monopolista, com seus correlatos: a concentração do poder industrial, o crescimento explosivo das aglomerações urbanas, a desumanização do trabalho, que tanto mal já trouxeram. É verdade, se a receita coletivista for apresentada às massas castigadas pela fome como a única forma de retorno a condições mínimas de normalidade ela será abraçada. Mas se pudéssemos inquirir livremente veríamos que a aspiração maior do trabalhador e dos antigos membros da classe média é uma pequena casa com jardim, onde eles possam viver tranquilos em harmonia com sua família e seus vizinhos, integrados em sua comunidade religiosa. Muitos verão nesse anseio uma nostalgia escapista, sem relação alguma com a realidade. Quem pensa assim perde de vista, contudo, o fato de que a assombrosa destruição das cidades alemãs torna possível, senão necessária, uma ampla descentralização urbana e industrial. Certamente, será preciso recuperar a indústria, mas isso deverá ser feito através de políticas que eliminem os privilégios, estimulem a concorrência e rompam com a lógica coletivista que presidiu o desenvolvimento alemão desde os tempos de Bismarck.

Esse programa em tríplice vértice é apresentado como alternativa à proposta social-democrata de reconstituição da Alemanha como estado unitário, assentado na grande indústria, e ao coletivismo socialista, que já se esboçava na área ocupada pelas tropas soviéticas. A clareza com que Röpke se pronuncia sobre a relação política que no seu entender devia prevalecer entre os dois sistemas sociais em questão é notável, como mostra a passagem a seguir. Com ela encerrarei a presente exposição.

“In the foregoing pages we have spoken in general terms of a federation of all autonomous German States, but we must now take account for the present of the harsh reality of the times. We come then to the conclusion that under the existing circumstances the federal reorganization of Germany must for the present be confined to the German territory west of the Elbe, a West German Confederation being created with the Western Allies at its head. This plan would fit into the

---

<sup>42</sup> Id. Ibid. p187.

proposal of an “Atlantic Community” made recently by Walter Lippmann in his book “U.S. War Aims.” It is indeed to be hoped that this federal West Germany, which would now be entirely separated from Prussia until the clarification of the Russian problem, and which forms the largest and most important part of Germany, would soon be admitted into the “Atlantic Community,” if this association of States, based on community of traditions, on geographical situation, and on political and economic interests, can be brought into existence in spite of the strong communistic currents in western Europe. We think the West German Confederation would prove a worthy and a valuable member after it had returned to the course which in 1866 it was compelled to abandon. It would form at present the most eastern section of the “Atlantic Community.”<sup>43</sup>

\*\*\* \*\*

“Die Bundesrepublik entstand 1949 in einer Gestalt wie nie zuvor: Nicht ein Staat auf der Suche nach einer Außenpolitik, sondern Ergebnis amerikanischer Außenpolitik auf der Suche nach einem Staat.” “A República Federal surgiu em 1949 como uma figura sem precedente: não um Estado em busca de uma política externa, mas o resultado da política externa americana em busca de um Estado.”<sup>44</sup>

Röpke terminou de escrever *A Questão Alemã* na primavera de 1945. Nessa época, o debate a respeito do tratamento a ser dado ao país derrotado ganhava intensidade máxima nos Estados Unidos. A questão vinha dividindo as opiniões há vários anos. De um lado, estavam os defensores de uma paz punitiva, que atribuíam aos alemães a responsabilidade coletiva pelas atrocidades nazistas e defendiam o desmantelamento da grande indústria acompanhado de controles rígidos sobre o conjunto das atividades econômicas, e mesmo a repartição do país, a fim de afastar a ameaça de uma nova guerra pela extirpação radical do militarismo germânico. Defendido ardorosamente por inúmeros representantes intelectuais do liberalismo de esquerda, com diferentes nuances esse ponto de vista -- que previa também a colaboração estreita com a União Soviética na montagem da futura ordem internacional -- era esposado por vários integrantes do primeiro escalão do governo e tinha a simpatia do próprio Roosevelt. Do outro lado postavam-se aqueles que eximiam o povo alemão da culpa pela conduta criminosa do Estado nazista, insistindo na necessidade de uma política generosa a fim de liberar a Alemanha do jugo que lhe fora imposto e reintegrá-la tão rapidamente quanto possível na comunidade das nações democráticas. Como costuma acontecer em questões desse tipo, essa posição encontrava defensores na intelectualidade de esquerda, mas era expressa predominantemente pelos políticos republicanos e pelos liberais conservadores, que viam o futuro próximo como um embate épico entre as forças da liberdade e os adeptos da tirania coletivista. Com grande ressonância nas camadas da população americana de origem alemã, essa posição tinha o favor de muitos representantes do mundo dos negócios, que priorizavam as exigências da recuperação econômica e se preocupavam com os custos financeiros de uma paz retributiva.<sup>45</sup>

<sup>43</sup> Id. Ibid. p. 204.

<sup>44</sup> Stürmer, Michael, “Außenpolitik für Anfänger”, *Die Welt*, 23/09/13

<sup>45</sup> Assumidamente esquemática, essa caracterização apóia-se no material exposto no quarto capítulo da obra de Thomas Reuther, *Die Ambivalente Normalisierung. Deutschlanddiskurs und Deutschlandbilder in den USA, 1941-1955*. Stuttgart, Franz Steiner Verlag, 2000.

Ao longo do tempo, a intensidade do debate variou de acordo com as flutuações da opinião pública, e a evolução da conjuntura. Mesmo com a entrada dos Estados Unidos na guerra, a atitude do público americano diante da Alemanha permanecia bastante branda (ao contrário do que se dava em relação ao inimigo japonês), como mostravam as pesquisas de opinião, para escândalo dos advogados da “paz cartaginense”, que enxergavam nesse resultado a ação deliberada de uma quinta-coluna nos Estados Unidos<sup>46</sup>. A campanha desencadeada por Rex Stout, presidente do *Writers War Board* e propulsor da *Association for the Prevention of the World War*, em meados de 1944, visava alterar esse quadro visto como tão nocivo. Não caberia me deter nas informações sobre os apoios recebidos, a forma de organização e o alcance obtido por essa campanha. Basta assinalar que, uma vez terminada a guerra, as sondagens registravam uma significativa mudança na disposição do público: ainda em março de 1945, 70 por cento dos entrevistados achavam que o principal inimigo era o governo alemão; três meses depois essa opinião era manifestada por pouco mais de 50 por cento dos ouvidos, ao passo que 55 por cento deles atribuíam à massa dos alemães parcela de responsabilidade pelas atrocidades nazistas.<sup>47</sup>

Naturalmente, essa mudança não pode ser tida como resultado direto da referida campanha. Em grande medida, ela se deve ao choque provocado pelas imagens do campo de extermínio de Buchenwald, tomado em abril daquele ano pelas tropas americanas, e ao impacto das decisões tomadas pelos chefes dos Estados aliados, nas conferências de Ialta e Potsdam.

Entre uma e outra, o falecimento de Roosevelt e sua substituição por um político pouco afeito a temas internacionais, mas com idéias próprias e muito distintas sobre como conduzi-los. O comportamento de Truman na conferência de Potsdam foi muito condicionado também pelo teste bem sucedido do artefato revolucionário que mudaria a face do mundo. A decisão de empregá-la em Hiroshima e Nagasaki, contra um inimigo já praticamente batido, apressou a rendição japonesa e evitou o engajamento de tropas russas no Extremo Oriente.

Potsdam inscreve-se na interface de duas épocas históricas, mas o futuro esconde-se nas entrelinhas de suas decisões. Com efeito, a declaração assinada pelos chefes das três Grandes Potências renova os protestos de amizade e colaboração entre os antigos aliados, e repete fórmulas consagradas ao tratar dos problemas que deviam gerir conjuntamente.

Tal como a questão do que fazer com a Alemanha. A leitura de algumas poucas cláusulas é o bastante para que se tenha uma idéia do sentido geral dessa parte do documento (mantenho a numeração do texto citado).

“Toda a Alemanha está ocupada pelos exércitos aliados, e o povo alemão começou a expiar os terríveis crimes cometidos sob a liderança daqueles a quem, na hora de sucesso, aprovou e obedeceu cegamente.”

“Não é intenção dos aliados destruir ou escravizar o povo alemão. É intenção dos aliados que seja dada ao povo alemão a oportunidade de se preparar para a eventual reconstrução de sua vida sobre uma base democrática e pacífica. Se seus

<sup>46</sup> Cf. Casey, Steven. The campaign to sell a harsh peace for Germany to the American public, 1944-1948”. (on line) London, LSE Research Online. Publicado originalmente em *History*, 90 (297), 2005, pp. 62-92.

<sup>47</sup> Id. Ibid.

próprios esforços forem firmemente dirigidos nesse sentido, ser-lhe-á possível, no devido tempo, tomar seu lugar entre os povos livres e pacíficos do mundo.”

Os propósitos da ocupação da Alemanha, pelos quais o Conselho de Controle será orientado, são:

O completo desarmamento e desmilitarização da Alemanha, e a eliminação ou o controle de toda indústria alemã que possa ser utilizada para produção militar...”

...

*11. A fim de eliminar o potencial de guerra da Alemanha, a produção de armas, munição e implementos de guerra, assim como a de todos os tipos de aeronaves e navios de longo curso, será proibida e impedida. A produção de metais, produtos químicos, maquinaria e outros itens diretamente necessários a uma economia de guerra deverá se rigidamente controlada e restringida às necessidades aprovadas para o período de paz pós guerra da Alemanha... A capacidade produtiva não necessária para a produção deverá ser removida de acordo com o plano de indenizações recomendado pela Comissão Aliada de Indenizações e aprovado pelos governos interessados; se não for removida, será destruída.”*

...

*13. Na organização da economia alemã, deverá dar-se ênfase imediata ao desenvolvimento da agricultura e de indústrias domésticas pacíficas.*

...

*15. Os controles aliados serão impostos à economia alemã, mas somente na extensão necessária:*

*a) para executar programas de desarmamento e desmilitarização industriais, de indenizações, e de exportações e importações aprovadas.*

*b) Para garantir a produção e a manutenção de bens e serviços necessários ao atendimento das necessidades das forças de ocupação e pessoas deslocadas na Alemanha, e essenciais para manter na Alemanha padrões de vida médios não excedendo a média dos padrões de vida dos países europeus (“países europeus” são todos os países europeus com exceção do Reino Unido e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas);*

Embora seu autor tenha sido prontamente dispensado pelo novo presidente dos Estados Unidos, as passagens citadas deixam transparecer claramente o espírito do plano que levou o nome do Secretário do Tesouro e amigo pessoal de Roosevelt, Henry Morgenthau, Jr, tal como exposto no memorando redigido entre janeiro e setembro de 1944. Por oposição publicamente manifesta do governo soviético, a declaração de Potsdam não menciona o desmembramento da Alemanha, que constava nesse documento e entre as decisões tomadas na Conferência de Ialta.<sup>48</sup> Mas o caráter punitivo da ocupação aliada e a

<sup>48</sup> Cf. Moseley, Philip E., “Dismemberment of Germany. The Allied Negotiations from Yalta to Potsdam”, *Foreign Affairs*, Vol. 28, n. 3, 1950, pp. 487-498.



proposta de pastorização da Alemanha, dois de seus elementos essenciais, expressam-se nos trechos citados com nitidez.

O mesmo pode ser dito, a fortiori, das orientações dadas em documento secreto ao Comandante em Chefe das Forças de Ocupação dos Estados Unidos, em abril de 1945.<sup>49</sup> Com as discrepâncias que sempre aparecem na passagem entre a ação prevista e a realizada, esse foi o teor da política imposta à Alemanha no imediato pós-guerra.

O primeiro sinal forte de que a postura americana havia mudado veio com o discurso proferido James Byrnes em Stuttgart, em 6 de setembro de 1946. Reafirmando embora os compromissos assumidos pelos Estados Unidos em Potsdam, em seu “*Discurso da Esperança*” o Secretário de Estado registrava falhas na aplicação do acordo, o qual reinterpreta em termos bem generosos. Com base no princípio de que “*a paz e o bem estar são indivisíveis*”, sendo impossível “*comprar a paz e o bem estar ao preço da paz e do bem estar de nenhum outro país*”, Byrnes propunha a criação de um órgão administrativo central para cuidar da indústria e do comércio exterior, contando com o crescimento da produção alemã -- sobretudo de carvão e aço -- para atender às necessidades prementes dos países libertados e operar como alavanca da recuperação européia.

O discurso reservava várias passagens à organização político-administrativa necessária para garantir o livre fluxo de fatores e para reconstituir o sistema de moeda e crédito nas zonas sob ocupação ocidental. Mas ia muito além. Coroamento da “política de unificação” então anunciada, ele previa a formação próxima de um “*governo provisório alemão para a Alemanha*”, que além de responsabilizar-se pelo funcionamento das agências administrativas centrais teria a incumbência de elaborar um texto constitucional, a ser ratificado pelo voto popular depois de aprovado pelo Conselho de Controle Aliado<sup>50</sup>.

O depois é conhecido. Plano Marshall, Doutrina Truman, Guerra Fria; estabilização monetária, Comunidade Européia do Carvão e do Aço (embrião do Mercado Comum Europeu), “milagre econômico”... em 1955, incorporação da República Federal Alemã na OTAN.

À luz desses desenvolvimentos, o programa esboçado por Röpke em seu exílio suíço parece não ter ficado tão longe da realidade dos fatos. Mas a um olhar mais atento podemos observar algumas discrepâncias significativas.

A mais evidente delas diz respeito à vertente econômica de seu projeto. Depois de anos de desorganização, a economia alemã estabilizou-se e ganhou extraordinário dinamismo. Mas não rompeu com suas características estruturais tão acerbamente criticadas: a Alemanha continuou como o coração industrial da Europa, e em seu tecido produtivo os setores de insumos e de bens de capital continuaram desempenhando papel fundamental.

<sup>49</sup> Cf. *Directive to Commander-in-Chief of United States Forces of Occupation Regarding the Military Government of Germany; April 1945 (JCS 1067)*.

<sup>50</sup> *Speech by J.F. Byrnes, United States Secretary of State Restatement of Policy on Germany. Stuttgart September 6, 1946*

Structural Changes (percentage shares in total)						
	1950-54	1955-59	1960-64	1965-69	1970-74	1975-79
<b>GDP<sup>(a)</sup></b>						
<b>Agriculture</b>	..	..	4,4	3,8	3,4	3,1
<b>Industry</b>	..	..	50,8	51,6	53,4	50,3
<b>Employment<sup>(b)</sup></b>						
<b>Agriculture</b>	22,2	17,0	12,4	10,0	7,7	6,6
<b>Industry</b>	44,0	47,4	48,2	48,2	48,2	45,3
<b>Exports in total sales<sup>(b)</sup></b>						
<b>Manufacturing</b>	10,9	14,5	15,1	18,3	21,1	24
<b>Basic goods</b>	12,1	15,5	15,3	18,5	21,7	23,3
<b>Iron and steel</b>	15,3	19,2	20,5	25	29,5	32,1
<b>Chemicals</b>	16,8	22,1	23,8	28,8	32,8	33,9
<b>Investment goods</b>	20,6	25,1	24,7	28,9	31,2	34,4
<b>Machinery</b>	28,5	29,2	30,5	36,1	39,1	43,5
<b>Road vehicles</b>	19,5	33,7	33,4	40,2	42,1	39,4
<b>Electrical engineering</b>	13,8	18,8	18	21,4	23,4	27,7
<b>Data processing</b>	..	..	..	..	49,5	50,4
<b>Consumer goods</b>	5,5	7,2	7,3	9,3	11,2	13,5
(a) Value added in GDP at constant (1970) prices						
(b) Before 1960 excluding Saarland and West Berlin						
Sources: Sachverstaendigenrat, Gutachten 1976/77 and 1980/81; Statistisches Bundesamt, Statistisches Jahrbuch (various issues); W. Glastetter, Die wirtschaftliche Entwicklung der Bundesrepublik Deutschland im Zeitraum 1950 bis 1975, Berlin 1977.						

Apud Hennings, Klaus Hinrich, "West Germany", in Boltho, Andrea (ed.). The European Economy. Growth and Crisis, Oxford/New York/Toronto, Oxford University Press, 1982, p. 481.

Mas não é só isso. Os devaneios de Röpke a respeito da produção em pequena escala não duraram muito. Não disponho de elementos para esboçar uma análise comparativa do grau de concentração industrial nas primeiras décadas e na segunda metade do século XX, mas creio poder afirmar que a presença da grande empresa continuou sendo marcante, e que a integração orgânica entre banco e indústria manteve-se como um dos traços distintivos do "modelo econômico alemão".

No tocante à dimensão política de seu programa, Röpke parece ter tido mais sucesso. Contra a tese do desmembramento e o pesadelo do estado unitário, prevaleceu em 1949 a opção por uma estrutura federativa -- embora, por exigência do partido social democrata, com um governo central dotado de poder muito maior do que o pretendido pela autoridade militar americana, e o acalentado na utopia röpkeana<sup>51</sup>. As especulações do autor sobre a importância das fontes tradicionais de autoridade na recomposição das estruturas administrativas revelaram-se certas. Foi exatamente por aí que o governo militar americano começou em seu esforço para criar instituições indispensáveis à normalização da vida social na zona ocupada. Mas o sentido dos resultados obtidos muitas vezes não era exatamente aquele imaginado por Röpke, como mostra o relato singelo que se segue.

<sup>51</sup> Sobre as negociações em torno desse ponto no Conselho Parlamentar, que se reuniu de setembro de 1948 a maio de 1949, e sobre papel desempenhado nelas pelo Partido Social-Democrata, cf. Kurt Schumacher. *A Study in Personality and Political Behavior*, op. cit. pp.167 e segs.

“The soldiers who occupied a town or village looked for someone who was untainted by Nazism. In the writer Ernst von Salomon’s local town they asked the parish priest, who suggested that the pre-1933 mayor had done a good job. The former mayor confessed, however, that he had subsequently joined the Party. The Americans turned a blind eye to that and asked him to appoint seven councilors. He told them frankly that he would be hard pressed to find seven men who were not members of the Party; so in the end they had a council that contained more Nazis than it had during the Third Reich.”<sup>52</sup>

Fica a cargo do leitor imaginar quão representativa pode ser essa história. Seja como for, ela ajuda a entender a maneira como evoluiu o debate sobre a anistia na Alemanha do pós-guerra. Precedida de anistias processadas em âmbito estadual, o debate foi aberto em junho de 1949 pela apresentação no Bundestag de uma proposta modesta, que velava sua intenção de fundo e alcançava apenas os punidos por infrações menos graves -- as autoridades responsáveis pelo processo de desnazificação nas zonas americana e britânica operavam com um esquema classificatório com cinco grupos: grandes criminosos; delinqüentes; infratores menores; seguidores, e pessoas inocentadas. Logo a seguir, sob pressão dos partidos -- sobretudo a ala direita da coalizão governante, o DP (Partido Alemão) o FDP (Partido Democrático Liberal), ambos com representantes do Nacional Socialismo em seus quadros dirigentes <sup>53</sup>-- o projeto de lei seria alterado para dar à anistia uma amplitude maior. Chamando a atenção para a dificuldade de distinguir, entre seus beneficiários da lei de 1949, os condenados por práticas nazistas, o autor de alentado estudo sobre o tema estima que, dos 3 mil anistiados de crimes “contra a liberdade pessoal” a maioria era composta por funcionários da SA, da SS, e do Partido Nazista. E complementa,

“Chances are also good that Nazi perpetrators mad up a portion of the more than 20,000 amnestied persons who had been sentenced for deeds “directed against life,” the approximately 30,000 amnestied persons who had been sentenced for causing bodily injury, and the approximately 5,200 amnestied persons who had been charged with “crimes and misdemeanors in office.”<sup>54</sup>

Mas a lei de 1949 foi apenas o primeiro passo. Mais adiante viria a campanha pela reintegração dos funcionários afastados, e pela reabilitação de condenados -- grandes industriais inclusive -- por crimes de guerra. Houve uma segunda lei de anistia em 1954, e o tema ainda levaria alguns anos para sair de pauta.

Na interpretação de Norbert Frei, autor em que me apóio nesta parte, a anistia e a reintegração foram oferecidas a nazistas e mesmo a criminosos de guerra em troca da aceitação da ordem política da República Federal. Dada a ressonância que o tema encontrava na opinião pública, essa transação tácita envolveu tanto a aliança conservadora que dirigia o país, quanto à oposição social democrata. Mas não apenas essas forças: embora reagissem mal a tal ou qual medida, os Estados Unidos deram o seu beneplácito a essa

<sup>52</sup> MacDonogh, Giles, *After the Reich. The Brutal History of the Allied Occupation*. New York, Basic Books, 2007, p. 230.

<sup>53</sup> “The FDP had a number of prominent Nazis in their ranks including Werner Naumann, Goebbels’ secretary of state in the propaganda ministry; the Gauleiter of Hamburg, Karl Kaufmann; Ernst Achenbach, who had played a key role in the deportation of Jews from France; and SS Obergruppenführer Werner Best, plenipotentiary in occupied Denmark.” Kitchen, Martin, op. cit. p. 329.

<sup>54</sup> Frei, Norbert, *Adenauer’s Germany and the Nazi Past. The Politics of Amnesty and Integration*. New York, Columbia University Press, 1997, p. 24.

solução, única compatível com o desenho de sua grande estratégia, que requeria uma Alemanha próspera e estável, como elemento essencial à economia européia e posto avançado na luta contra o comunismo.

Mas esta escolha tinha uma contrapartida, que o próprio Frei destaca já no início de seu livro.

“The amnesty marked a first confirmation on a federal level of the “just leave it behind us” mentality that had already emerged in parts of Germany’s postwar society in 1946-47.”<sup>55</sup>

Mas isso significa dizer que no tocante ao terceiro de seus componentes -- o primeiro, na enumeração do autor -- o programa de Röpke foi um rotundo fracasso. A Alemanha reinventou-se como um país livre e pacífico, mas a via que tomou para chegar a esse ponto foi o da acomodação, não o da revolução moral.

Norbert Elias registra esse fato numa passagem memorável de seu livro *Os Alemães*.

“Para as gerações mais velhas da burguesia ... a questão da culpa ou da inocência pessoal dos indivíduos -- incluindo-se, é claro, a deles próprios -- desempenhou um papel decisivo no debate sobre essa incursão anticivilizadora na história alemã. A maioria deles tinha sido inocentada pelas comissões de desnazificação dos Aliados ... Assim, o problema de “chegar a um acordo com o passado alemão” ficou, para eles, consideravelmente solucionado. Do ponto de vista oficial, nada tinham a temer e nada a lamentar. Suas consciências podem tê-los atormentado uma vez por outra. Mas na vida pública, assim parecia aos líderes dessa geração, o pesadelo dos anos de Hitler podia ser sepultado. ... a questão de que peculiaridades da sociedade Estado alemã e sua tradição específica tinham permitido a ocorrência de tamanha explosão de brutalidade e desumanidade situava-se, de um modo geral, para além de seus horizontes. Côncios de estarem mais ou menos livres da mancha de pertencer ao agora estigmatizado grupo, eles procuraram dar continuidade à tradição do Estado alemão, a qual levou através de numerosas cadeias de antigas famílias burguesas e nobres do Kaiserzeit à nova República Federal, passando pela República de Weimar. Em muitos aspectos, eles seguiram adiante, imperturbáveis, como se nada tivesse acontecido.”<sup>56</sup>

Elias contrapõe tal atitude àquela assumida pelas gerações mais jovens dessa mesma classe, e faz desse choque de perspectivas um dos elementos básicos de sua análise sobre o movimento de contestação que abalou a sociedade alemã no final da sexta e início da sétima década do século passado.

Mas esse é assunto para outra conversa.

---

<sup>55</sup> Id. *Ibid.*, p. 25.

<sup>56</sup> Elias, Norbert, *Os Alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997, p. 228.



OBSERVATÓRIO POLÍTICO  
DOS ESTADOS UNIDOS



INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA PARA ESTUDOS  
SOBRE OS ESTADOS UNIDOS  
NATIONAL INSTITUTE OF SCIENCE  
AND TECHNOLOGY FOR STUDIES  
ON THE UNITED STATES